

DA FORMA DE PROVIMENTO DE CARGOS DE DIRETORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS QUILOMBOLAS DA SRE JANAÚBA: UMA ANÁLISE CRÍTICA.

Autores: LUCELIA CRISTINA BRANT MARIZ SÁ, LUCIANA CARDOSO DA SILVA, LUCÍLIA ALVES DE OLIVEIRA, ANA PAULA NOGUEIRA ROCHA BORGES, SELMA MENDES SANTOS PEREIRA

INTRODUÇÃO

O texto em tela trata-se de uma pesquisa para cumprir a exigência do Curso Educação para as Relações Étnicas Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), realizado na cidade de Janaúba, em parceria com a Superintendência Regional de Ensino de Janaúba e Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

A pesquisa tem por objetivo apresentar as alterações na forma de provimento de cargos de diretores das escolas estaduais quilombolas de Minas Gerais e os resultados obtidos junto às escolas quilombolas da Superintendência Regional Ensino de Janaúba. No que tange à apresentação do cenário da pesquisa pretende-se abordar, de forma breve, a caracterização das escolas que se beneficiaram da nova forma de provimento de cargo de diretor. Quanto à temática étnico-racial, a abordagem será no campo conceitual das políticas de ações afirmativas e valorização da educação negra. Em relação à forma de escolha de diretores escolares serão apontadas as alterações importantes no processo, por meio de resoluções emitidas pela Secretaria de Estado de Educação incorporadas ao nosso sistema escolar. Vale salientar, que a Secretaria de Estado de Educação voltou-se às questões práticas relacionadas com a valorização da cultura quilombola somente após a criação do Grupo de Trabalho de Educação Quilombola. A formação do grupo proporcionou o fortalecimento das discussões e da operacionalização da Lei Federal nº 10.639/2003 nas escolas estaduais. Tanto a legislação quanto seus dispositivos carregam o imperativo de uma mudança estrutural e simbólica, abrangendo a adoção de princípios afirmativos pelas instituições educacionais, tais como o reconhecimento da diversidade. (GOMES, 2012, p. 7).

As políticas públicas implantadas voltadas para a diversidade cultural e valorização da cultura negra são importantes passos, que visam a melhor qualidade de vida dos povos quilombolas para aquisição de direitos. Diante dessa realidade, a formação do grupo de trabalho, as capacitações aos servidores da educação, a disponibilização de materiais de estudo e a alteração no processo de escolha dos diretores escolares tornam-se necessárias para garantir o respeito à cultura das regiões quilombolas.

O assunto aqui tratado será embasado nas discussões da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e nas teorias proposta por Gomes (2012). Através dos estudos elaborados espera-se colaborar para a melhoria da educação pública mineira, oferecendo subsídios para um novo olhar na elaboração de políticas públicas de ações afirmativas.

MATERIAL E MÉTODO

As comunidades quilombola são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, conforme estabelece o artigo 2º do Decreto 4887 de 2003 (BRASIL 2003). Essas comunidades são ricas em valores culturais, históricos e tradições orais. Nesse sentido a educação quilombola atua para a preservação desses valores e desenvolvimento de trabalhos voltados para a educação para as relações étnico raciais.



As escolas pesquisadas se encontram sob a responsabilidade da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Janaúba, que representa a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais na jurisdição. A SRE tem como objetivo prestar acompanhamentos administrativos, financeiros e pedagógicos nas escolas dos dezessete municípios do norte do Estado, localizados na sua circunscrição. Entre os dezessete municípios atendidos, apenas dois deles possuem escolas caracterizadas como quilombola, sendo no município de Janaúba a Escola Estadual Julião Mendes e em Monte Azul a Escola Estadual de Boqueirão.

Visando a valorização da cultura quilombola, a SRE de Janaúba criou o Grupo de Trabalho de Educação Quilombola, por meio da Resolução SEE Nº 2.796, de 2 de outubro de 2015. O grupo foi criado especialmente para elaborar subsídios para a implementação de diretrizes curriculares para a educação quilombola no Estado. A ideia é que as diferentes lideranças quilombolas que participam da iniciativa possam apresentar as necessidades de suas comunidades no que se refere à educação básica. (MINAS GERAIS, 2016a).

De Norte a Sul do País, a presença negra é divulgada discursivamente como um forte componente da diversidade cultural brasileira. Todavia, do ponto de vista das políticas, das práticas, das condições de vida, do emprego, da saúde, do acesso e da permanência na educação escolar, a situação ainda é de desigualdade, preconceito e discriminação (GOMES, 2012, p. 19).

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, visando construir um espaço democrático de diálogo acerca do povo quilombola espalhado pelas escolas mineiras, instituiu o Grupo de Trabalho de Educação Quilombola, por meio da Resolução SEE Nº 2.796, de 2 de outubro de 2015 “o Grupo foi criado especialmente para elaborar subsídios para a implementação de diretrizes curriculares para a educação quilombola no Estado. A ideia é que as diferentes lideranças quilombolas que participam da iniciativa possam apresentar as necessidades de suas comunidades no que se refere à educação básica. (MINAS GERAIS, 2016a).

Os trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho de Educação Quilombola proporcionaram o fortalecimento da identidade quilombola e a participação das comunidades nos espaços escolares respeitando a diversidade dos territórios.

A partir da instituição do Grupo, importantes passos foram dados em direção à busca de ações voltadas para o reconhecimento, o resgate e a valorização da cultura quilombola, tais como o lançamento da Campanha Afro Consciencial, capacitações oferecidas às Superintendências Regionais de Ensino, disponibilização de materiais *on line* como suporte para estudo da temática quilombola, promoção da I caminhada da Igualdade Racial e implantação de um novo modelo de escolha de diretores das escolas estaduais quilombolas de Minas Gerais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Apesar de a maioria dos entrevistados eleger o professor, a significante preocupação pública se relaciona com a qualidade da formação.

~~independência dos órgãos responsáveis pelo processo de escolha dos gestores escolares, a fim de garantir a transparência e a participação da comunidade escolar.~~

Focando o cotidiano da comunidade quilombola, a pesquisa demonstrou o comprometimento dos gestores com a realização de reuniões com a comunidade.

~~Essa realidade não é exclusiva das comunidades quilombolas, pois a maioria dos gestores escolares em Minas Gerais não possui formação específica para o cargo, o que pode comprometer a qualidade da gestão escolar.~~

~~Essa realidade não é exclusiva das comunidades quilombolas, pois a maioria dos gestores escolares em Minas Gerais não possui formação específica para o cargo, o que pode comprometer a qualidade da gestão escolar.~~

CONCLUSÕES

Considerando os dados obtidos durante a pesquisa, e embasados nos estudos e legislações sobre a cultura quilombola, foi possível realizar uma reflexão sobre a realidade das duas escolas pesquisadas e as alterações efetuadas no processo de escolha de diretor escolar das escolas estaduais quilombolas de Minas Gerais. Diante da complexidade do assunto tratado na pesquisa, o texto que se segue não deve ser entendido como uma análise final de um assunto, mas como um convite para futuras reflexões e melhoria nas legislações vigentes, a fim de garantir maior inclusão da cultura dos alunos residentes em regiões quilombolas.

É preciso observar que esta pesquisa procurou analisar o novo processo de escolha de gestores escolares nas duas escolas quilombolas da rede estadual de Minas Gerais, pertencentes à Superintendência Regional de Ensino de Janaúba e como a comunidade escolar lidou com a mudança do certame. Tal análise foi realizada a partir da alteração da legislação de escolha dos diretores escolares, procurando compreender como esse importante ato influenciou no cenário educacional. Por meio desta investigação foi possível concluir que, apesar de não ter havido troca de gestores em ambas as escolas quilombolas pertencentes à Superintendência Regional de Janaúba, a comunidade quilombola se viu presente em todos os momentos de escolha dos gestores, e, por fim, pode escolher alguém que apresentou conhecer a realidade vivida por eles. Esse aspecto revelou-se de grande relevância para o direcionamento da pesquisa, pois percebemos a necessidade de constantes estudos da legislação, com possíveis alterações para que a comunidade quilombola possa ter sua cultura e costumes respeitados por todas as pessoas.

Apesar de que o novo processo de escolha de gestores nas escolas estaduais quilombolas manteve os mesmos diretores que lá já atuavam, a publicação da Resolução SEE nº 2945/2016 trouxe diálogo e reflexão aos integrantes da comunidade escolar, dando a estes a oportunidade de rever suas escolhas e vê sua cultura sendo lembrada e resguardada. A resolução por si somente não oferece mudança cultural, mas é um passo importante para análise e reflexão em busca de maiores conquistas. A rotina escolar exige que a gestão seja cada vez mais democrática, participativa e dialógica.

Diante disso, faz-se necessário que as pesquisas acadêmicas contribuam com a preparação dos gestores e socialização de exemplos de boas práticas, garantindo a formação de gestores que atendam a um perfil compatível com as demandas escolares.



AGRADECIMENTOS

Às instituições de ensino que colaboraram com a pesquisa. À Superintendência Regional de Ensino de Janaúba, Secretaria de Estado de Educação e ao NEAB pela parceria que possibilitou o trabalho e o enriquecimento de conhecimentos acerca das políticas de afirmação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm >. Acesso em 27 Set. 2016.

GOMES, Nima Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais da escola na perspectiva da Lei nº 10.639/2003**. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 1812/2011 de 22 de março de 2011**. Estabelece critérios, condições, indicação de candidato ao cargo de diretor e vice-diretor de Escola Estadual de Minas Gerais e outros dispositivos correlatos. Jornal Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 22 Mar. 2011.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 2945 de 18 de março de 2016**. Estabelece normas para escolha de servidores ao cargo de diretor e à função de vice-diretor para exercício em escolas estaduais localizadas em territórios quilombolas e dá outras providências. Jornal Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 19 Mar. 2016.

_____. **Educação das Relações Étnico-Raciais**. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/16986-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>>. Acesso em 27 Set. 2016. 2016a.